

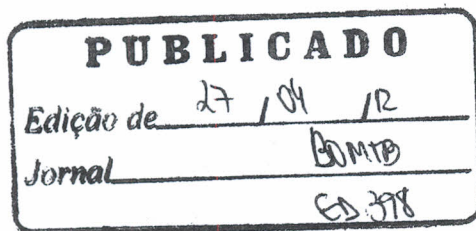


MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

PODER EXECUTIVO

LEI N.º 1887



SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INDENIZAR AOS SERVIDORES DO QUADRO EFETIVO DE PESSOAL, COM VÍNCULO EXTINTO EM VIRTUDE DE PEDIDO, MORTE OU APOSENTADORIA, QUE ADQUIRIRAM DIREITOS NOS TERMOS DA PARTE FINAL DO CAPUT DO ART. 121 DA LEI N.º 969/93, EFETUAR O PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

"O POVO DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DE SEUS REPRESENTANTES NA CÂMARA LEGISLATIVA, APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI".

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, autorizado a indenizar nos termos do disposto na parte final do "caput" do art. 121 da Lei Municipal nº 969/1993, a todos os servidores ocupantes de cargos efetivos que incorporaram o direito ao gozo de licença especial por decênio ou quinquênio de efetivo exercício e que tiveram seus vínculos extintos a pedido, por morte ou aposentadoria.

§ 1º. Não faz jus aos benefícios da presente lei o servidor:

- a) Ocupante de cargo efetivo que esteja no efetivo exercício do cargo;
- b) Ocupante de cargo efetivo que tenha usufruído do período aquisitivo para os fins previdenciários nos termos do art. 124 da Lei nº 969/1993;
- c) Ocupante exclusivamente de cargo em comissão.

§ 2º. As indenizações aos servidores efetivos ocupantes de cargo em comissão, função gratificada ou gratificação de função, são devidas com base no vencimento do cargo efetivo, acrescido dos adicionais e das vantagens de caráter permanente, desde que devidamente incorporados à época ao acervo do servidor público.

Art. 2º O pagamento da indenização disposta no art. 1º da presente Lei poderá ser parcelado em até 5 (cinco) anos, ficando condicionado às previsões e disponibilidades orçamentárias futuras.

§ 1º. Os pagamentos poderão ser efetuados em parcelas semestrais ou anuais, conforme disposto em termo de acordo de pagamento a ser firmado com os servidores beneficiados pela presente Lei.



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

PODER EXECUTIVO

§ 2º. As parcelas serão atualizadas monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, acrescidas de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano).

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a formalizar transações em processos administrativos e judiciais para os fins estabelecidos especificamente nos artigos anteriores da presente Lei, observando o disposto no art. 100 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Nos processos judiciais, as transações serão realizadas pela Procuradoria Geral do Município mediante autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º A partir da vigência da presente lei, os servidores que tiverem seus vínculos extintos nos termos do art. 1º desta lei, que possuírem direito à licença especial, serão indenizados no ato da rescisão.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar a aplicação da presente lei.

Art. 6º O Poder Executivo provisionará nos orçamentos futuros dotações para a cobertura das despesas oriundas da presente Lei.

Art. 7º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DAS ARAUCÁRIAS, TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, em 24 de abril de 2012.


Eros Danilo Araújo
Prefeito


Roberto Stock
Secretário Municipal de Finanças


Arnaldo José Romão
Procurador Geral do Município

